

SINDITEST-PR

UFPR FUNPAR UTFPR IFPR

Sindicato dos trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná

SINDITEST_{PR}

Av. Agostinho de Leão Júnior, 177 - Alto da Glória
Curitiba / PR
CEP: 80030-110

IMPRESSO ESPECIAL

3600173954/2008/DR/PR
SINDITEST-PR

CORREIOS

Envelopamento fechado. Pode ser aberto pela ECT.



COFRES BLOQUEADOS



Use exclusivo dos Correios

| | | |
|--|---|-----------------------|
| <input type="checkbox"/> Ausente | <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | Endereço alternativo: |
| <input type="checkbox"/> Falado | <input type="checkbox"/> Desconhecido | |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado | Endereço de entrega: |
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Outros (especificar): | | |

Índice

| | |
|------------------------|------------|
| Alguma coisa errada | pág. 2 |
| Temporada de verão | pág. 2 |
| Bloqueio de contas | pág. 3 |
| Mandado de injunção | pág. 4 |
| Assédio Moral | pág. 5 |
| Situação FUNPAR/HC | pág. 6 e 7 |
| REHUF | pág. 8 |
| PLP 549 - congelamento | pág. 9 |
| Enfermagem em luta | pág. 10 |
| UTFPR - Seção sindical | pág. 11 |
| Per capita | pág. 11 |
| Insalubridade | pág. 12 |
| Campanha Salarial 2011 | pág. 12 |

Editorial

A Chapa 1 - Sindicato Para Todos 2010/2011 iniciou o novo mandato com muito trabalho, inclusive correndo atrás do prejuízo ainda deixado pela gestão 2006/2007. Estamos falando de um bloqueio de contas do sindicato pela perda de um processo judicial da greve de 2007. Infelizmente a incompetência e as calúnias de grupos que já dirigiram este sindicato estão atrasando as lutas da categoria.

Enquanto tentamos dar a volta nestes problemas de "vidas passadas", continuamos atendendo outras demandas da nossa categoria:

- a luta contra as orientações normativas da insalubridade publicadas este ano que podem retirar o adicional da maioria dos servidores que hoje o possuem;
- a luta pelo pagamento do per capita pela PROGEPE, que ainda deixa muita gente de fora;

- a batalha dos trabalhadores FUNPAR/HC contra as demissões de 2010;
- a luta da enfermagem do HC/UFPR que criou um movimento pelo resgate da Direção da enfermagem;
- a Campanha Salarial 2011 e toda a pauta da FASUBRA para o próximo período;
- o esforço do GT Saúde do Trabalhador em divulgar os temas de assédio moral e sofrimento no trabalho nos campi fora de Curitiba;
- a organização do GT Aposentados presente em todos as assembleias e plenárias, garantindo que a pauta de aposentados seja abraçada pela FASUBRA;
- o sucesso de mais uma temporada na sede de praia em Itapoã/SC.

Esses e outros assuntos você verá a partir de agora no Jornal do SINDITEST-PR.
Boa Leitura!

TEMPORADA DE VERÃO

Quem desfrutou da sede de Praia do SINDITEST-PR em Itapoá neste verão não se arrependeu: curtiu muito sol, calor, piscina e a tradicional gentileza de Adalto, Janete, Iago e Lara.

Mas a sede de praia não fecha as portas ao final do verão. Pelo contrário, mantém sua estrutura para receber os filiados o ano inteiro. Então, se você ainda não conhece a nossa sede, não perca a chance de aproveitar esse cantinho de Santa Catarina.

Para fazer reservas, basta ligar na secretaria do SINDITEST-PR: (41) 3362-7373.



Nota Zero

- Para a Supervisora de Enfermagem da UDITRA porque assedia servidores e afirma que não vai aceitar funcionários com restrição no seu setor. Será que é para sobrar mais APH para alguém?
- Para a UFPR pela ausência de uma política de prevenção de acidentes de trabalho na UFPR, como o ocorrido no caso Palotina/SESAO.

SINDITEST-PR: faz e acontece!

13/01 - Assembleia Geral: escolha de delegados para Plenária Estatutária da FASUBRA;

27/01 - Assembleia FUNPAR/HC;

25/02 - Assembleia FUNPAR/HC com a presença do Reitor, Diretora do HC/UFPR e Superintendente da FUNPAR;

10/03 - Informes Jurídicos e tiragem de delegados para Plenária Estatutária da FASUBRA;

24/03 - Reunião entre GT Saúde do Trabalhador / SINDITEST-PR, Coordenador da Seção Sindical da UTFPR e equipe da Divisão de Benefícios da UTFPR a fim de esclarecer os temas: assédio moral, fluxo de atendimento de saúde no local de trabalho, avaliação de desempenho.

31/03 - Reunião na UFPR Litoral: Palestra sobre Institucionalismo com a Psicóloga Selma Lamas e debate sobre assédio moral com o GT Saúde do Trabalhador do SINDITEST-PR.

09/04 - Aprovação de Moção de Repúdio ao PLP 549 (PL do congelamento dos gastos com pessoal do serviço público por dez anos). A proposta de moção foi apresentada pelos Conselheiros técnico-administrativos que compõem o COUN e foi aprovada por unanimidade.



Nota Dez

Aos trabalhadores da Enfermagem do HC/UFPR que persistiram e estão na luta pelo retorno da Direção de Enfermagem, em busca do reconhecimento e respeito que essa categoria profissional merece.

Alguma Coisa está errada...

Além do "fantasma de 2010", os funcionários FUNPAR/HC tem que enfrentar outros "monstros". Estamos falando do número assustador de adoecimento de trabalhadores FUNPAR dentro do Hospital de Clínicas. Vejamos uma amostra desses números:

Dos 132 trabalhadores do setor "zeladoria", que incluem auxiliares operacionais de zeladoria, sanitizadoras e monitoras, 24 estão aposentadas por invalidez e 23 estão afastadas para tratamento de saúde.

Isso quer dizer que 47 trabalhadoras da zeladoria não estão trabalhando por motivos de saúde, o que significa que, das 132 trabalhadoras, 35% estão afastadas do

trabalho. Repito: 35% das pessoas que entraram nas funções de zeladoria pela FUNPAR/HC e que no momento da contratação estavam saudáveis, hoje estão incapacitadas para o trabalho.

Será coincidência esse número tão grande no mesmo setor?

Será que tem algo a ver com as relações de trabalho e condições de trabalho?

O que levou essas trabalhadoras a adoecerem?

Elas tiveram acesso a algum programa de reabilitação?

Essas e outras perguntas serão respondidas pelo SINDITEST-PR através do GT Saúde do Trabalhador que iniciou neste mês uma investigação dessa situação.



Se você é uma dessas pessoas, ou conhece alguém deste setor que está afastada ou aposentada, por favor encaminhe ao SINDITEST-PR para nos ajudar nessa tarefa. A psicóloga Mariângela König está fazendo a coleta dos dados.

Expediente:

O jornal do SINDITEST-PR é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná.

Jornalista Responsável: Carla Cobalchini. DRT/PR 7147.

Tiragem: 5000 exemplares

E-mail: imprensa@sinditest.org.br . www.sinditest.org.br

Diagramação e Ilustrações: Marcos Antonio Teixeira.

Impressão: Gráfica Helvética

fone: (41) 3362-7373

Bloqueio de Contas: Herança Maldita

Durante a Greve de 2007, o Ministério Público através de uma "famosa" Procuradora "amiga" de um ex-diretor do HC, solicitou à justiça a declaração da ilegalidade da greve dos servidores técnico-administrativos da UFPR. Tal solicitação foi acatada pelo juiz que determinou o retorno ao trabalho dos servidores do HC.

O retorno ocorreu onze dias após a determinação judicial pois dependia de aprovação em Assembleia.

Durante o julgamento do processo, os advogados contratados pela Gestão 2006/2007 não compareceram às audiências, fazendo o processo correr à revelia. Essa negligência dos advogados da época configurou a perda do processo, o qual determinou a aplicação de uma multa de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) ao ex-Presidente do SINDITEST-PR, José Carlos Belotto.

Em seis de março de 2010, a Gestão 2010/2011 foi surpreendida pelo bloqueio de contas do SINDITEST-PR no valor de R\$ 46.952,32 determinado pela justiça, sem qualquer comunicado. Ou, se foi comunicado



aos advogados da época, os mesmos não informaram o sindicato.

O Escritório Mauro Cavalcante, Paulo Vieira e Wagner Advogados Associados - Assessoria Jurídica do SINDITEST-PR - buscou o processo para desbloqueio das contas e constatou que no mês de novembro de 2009, Belotto anexou cópia da ata da Assembleia Geral do SINDITEST-PR realizada em 03 de outubro de 2008.

Tal Assembleia aprovou que o SINDITEST-PR arcará com as despesas para defesa de qualquer filiado que sofra ação administrativa no âmbito da UFPR e UTFPR em



mandato classista na Direção do SINDITEST-PR ou na Coordenação da Seção Sindical.

Quando Belotto procurou o SINDITEST-PR, o atual Presidente Wilson Messias sempre reafirmou que a multa era devida pelo sindicato, uma vez que se refere a greve de toda uma categoria. Porém, em virtude da não defesa dos advogados, o SINDITEST-PR fará uma representação junto à OAB e abrirá ação pedindo o ressarcimento desse valor.

51 ficou deliberado o seguinte encaminhamento: Em razão de salvaguardar os interesses do
52 SINDITEST/PR, sua autonomia de pensar, e em defesa dos filiados e ex-diretores, o SINDITEST/PR
53 assumirá quaisquer despesas na defesa jurídica e política, que as questões o exigirem. Ficando
54 determinado que a entidade SINDITEST/PR, arcará com todas as despesas necessárias na defesa de
55 qualquer filiado, quando o mesmo sofrer ação administrativa no âmbito da Universidade Federal do
56 Paraná, Universidade Tecnológica do Paraná e FUNPAR/HC e no exercício de mandato Classista no
57 SINDITEST/PR e Seção Sindical/UTFPR. Essa atitude tem como objetivo resguardar a defesa e a
58 garantia da Liberdade de Ação necessária a uma entidade democrática. Ao final foi colocada em
59 votação, pela mesa. Submetida aos presentes da assembleia e foi aprovado. Não havendo mais nada



Contradição de Dá-dó!

Ao longo de dois anos uma pseudo-oposição distorceu fatos sobre a atual Gestão para arrebatar alguns votos. Esse movimento da oposição demonstra uma incoerência. Por quê?

Afirmaram diversas vezes que a Assembleia de 03/10/2008 era uma "assembleia fantasma". Porém, quando precisaram se defender de processo judicial fizeram uso da "assembleia fantasma". Uma clara contradição que prova a incoerência deste grupo: "Quando é pra mim vale. Quando não é, não vale!"

Inclusive tal multa poderia ter sido paga com o fundo de greve aprovado durante a greve de 2007 que deveria ser depositado em uma conta em separado. Até hoje essa conta nunca foi encontrada e tão pouco a prestação de contas desse fundo foi feita. Por isso essa multa hoje (R\$ 47.000,00 no total com os juros) saiu dos cofres do Sindicato.

Mandado de injunção - Contagem de Tempo de Serviço Especial

Conforme amplamente divulgado para a categoria, a FASUBRA protocolou em meados do mês de julho de 2009, Mandado de Injunção (MI) para obter para os seus filiados (sindicatos e por extensão os servidores abrangidos pelas respectivas entidades) o direito a aposentadoria especial ante a ausência de regulamentação no que se refere aos servidores públicos.

Por ora, é de se anotar, o MI ajuizado pela FASUBRA ainda não transitou em julgado. Isso deverá ocorrer em breve em face de que atualmente os autos se encontram com a AGU para a ciência do decidido.

Paralelamente, também o SINDITEST-PR ajuizou idêntica medida perante o Supremo Tribunal Federal. Ou seja, é apenas uma questão de tempo para que o MI do SINDICATO seja julgado e o direito reconhecido.

Graças aos inúmeros mandados de

injunção patrocinados pelas entidades sindicais finalmente o executivo enviou para o Congresso Nacional os projetos de Lei complementar para disciplinar a aposentadoria especial dos servidores públicos, nos três níveis de Governo.

Segundo os projetos que agora são encaminhados ao congresso, os servidores que preencherem os requisitos de tempo no cargo e de tempo no serviço público, desde que exerçam todo o período em atividade considerada de risco ou prejudicial à saúde ou à integridade física, farão jus à aposentadoria especial também sem exigência de idade mínima.

Para aqueles que não exerceram todo o período sob condições especiais poderão transformar o tempo especial em tempo comum, com o acréscimo previsto na legislação, para efeito de aposentadoria

normal. Neste caso, entretanto, estarão sujeitos à idade mínima. Exemplo: se uma servidora pública trabalhou apenas dez anos sob regime insalubre, ganhará cerca de dois anos na contagem total.



O SINDITEST-PR já solicitou à Administração da UFPR a aplicação da nova regra de aposentadoria especial. Em resposta, a Reitoria da UFPR afirmou que aguarda nota técnica da AGU sobre como vai aplicar a aposentadoria especial aos servidores de nossa universidade.

Em breve o SINDITEST-PR divulgará mais informações sobre esse assunto.

A Assessoria Jurídica Mauro Cavalcante, Paulo Vieira & Wagner Adv. Associados informa as principais ocorrências jurídicas ocorridas neste primeiro trimestre de 2010

Ação dos 3,17% e 28%

Inúmeros servidores aguardam o recebimento das parcelas controvertidas, ou o pagamento principal, sendo que vários servidores já foram beneficiados e receberam até as parcelas incontroversas. A UFPR tem alegado a prescrição das execuções, o que tem retardado a finalização das mesmas. Como tratam-se de Ações por Grupos de execução, os interessados deverão procurar o Sinditest/PR para maiores informações sobre os seus processos com Dr. Paulo.

Juros e Correção Monetária da Isonomia

Trata-se de Ação ainda remanescente na esfera da Justiça do Trabalho, sendo que depois de regularizar vários CPFs de autores e espólios existentes devido ao falecimento de alguns beneficiários, o juiz da remeteu a execução via precatório, motivo pelo qual ainda não ocorreu a liberação. Os valores já foram definidos e aguarda-se o pagamento por precatório.

Ação Previdenciária EC 41/2003 – Revisão

Todos os servidores que se aposentaram após 2003 pela EC 41/2003, ou seja, sem paridade com o serviço público, tendo seus reajustes nos moldes da variação do salário mínimo (Regime Geral da

Previdência) poderão ingressar com medida judicial para rever os seus proventos visto que o Governo Federal não vem aplicando corretamente os reajustes.

Ação Previdenciária – Aposentadoria por Invalidez com proventos proporcionais;

Aqueles servidores que se aposentaram por invalidez permanente com proventos proporcionais ao tempo de serviço, poderão requerer a revisão de suas aposentadorias, em face de que reiteradas decisões do TRF/4ª Região – Porto Alegre tem decidido que mesmo as doenças não constantes no RJU – Lei 8.112/90 tenham sido decorrentes de doença ocupacional ou mesmo tornou-se incapacitante sem possibilidade de reversão, tem entendido que nestes casos deverão receber proventos integrais. Assim, todos os interessados deverão procurar a Assessoria Jurídica para tomar as medidas necessárias a fim de rever suas aposentadorias.

RGR – Data base

A referida ação visa a recomposição salarial pela defasagem nas referidas datas base. O processo encontra-se no TRF 4ª. Região em grau de recurso.

Ação de recomposição salarial que também encontra-se no TRT 4ª. Região em Grau de Recurso. Esta ação e a relatada anteriormente estão em nome do sindicato.

Vários servidores tem laborado em pleno Desvio de Função, sendo que o STJ já reconheceu que as atividades laboradas em desvio de função deverão ser remuneradas como tais, ou seja, pela função desempenhada. Várias medidas judiciais tem sido propostas, sendo que os interessados deverão procurar a Assessoria Jurídica para ingresso com a referida medida judicial.

Multa do Dissídio Coletivo

Esta Ação tramita na Justiça do Trabalho e encontra-se em fase de cálculo com a contabilidade. Após apresentarmos os cálculos, a FUNPAR deverá se intimar para manifestar-se sobre os cálculos. Em breve estaremos liquidando este processo judicial.

Ação Adicional Área Crítica; 1824/2003 12ª. Vara do Trabalho

Esta ação obteve êxito na Justiça e já foi paga. Já foram feitos os cálculos e os 21 beneficiados deverão procurar o Escritório para pagamento. Confira lista na secretaria do SINDITEST-PR.

Recurso Especial interposto por Wagner Advogados Associados foi uma das referências para novo entendimento

Inúmeros servidores aguardam o recebimento das parcelas controvertidas, ou o pagamento principal, sendo que vários servidores já foram beneficiados e receberam até as parcelas incontroversas. A UFPR tem alegado a prescrição das execuções, o que tem retardado a finalização das mesmas. Como tratam-se de Ações por Grupos de execução, os interessados deverão procurar o Sinditest/PR para maiores informações sobre os seus processos com Dr. Paulo.

Trata-se de Ação ainda remanescente na esfera da Justiça do Trabalho, sendo que depois de regularizar vários CPFs de autores e espólios existentes devido ao falecimento de alguns beneficiários, o juiz da remeteu a execução via precatório, motivo pelo qual ainda não ocorreu a liberação. Os valores já foram definidos e aguarda-se o pagamento por precatório.

Todos os servidores que se aposentaram após 2003 pela EC 41/2003,

ou seja, sem paridade com o serviço público, tendo seus reajustes nos moldes da variação do salário mínimo (Regime Geral da Previdência) poderão ingressar com medida judicial para rever os seus proventos visto que o Governo Federal não vem aplicando corretamente os reajustes.

Aqueles servidores que se aposentaram

Servidores desempenhavam atividades de Técnico em Enfermagem embora ocupassem cargos remunerados com Auxiliar.

por invalidez permanente com proventos proporcionais ao tempo de serviço, poderão requerer a revisão de suas aposentadorias, em face de que reiteradas decisões do TRF/4ª. Região - Porto Alegre tem decidido que mesmo as doenças não constantes no RJU - Lei 8.112/90 tenham sido decorrentes de doença ocupacional ou mesmo tornou-se incapacitante sem possibilidade de reversão, tem entendido que nestes casos deverão receber proventos integrais. Assim, todos os

interessados deverão procurar a Assessoria Jurídica para tomar as medidas necessárias a fim de rever suas aposentadorias.

A referida ação visa a recomposição salarial pela defasagem nas referidas datas base. O processo encontra-se no TRF 4ª. Região em grau de recurso.

Vários servidores tem laborado em pleno Desvio de Função, sendo que o STJ já reconheceu que as atividades laboradas em desvio de função deverão ser remuneradas como tais, ou seja, pela função desempenhada. Várias medidas judiciais tem sido propostas, sendo que os interessados deverão procurar a Assessoria Jurídica para ingresso com a referida medida judicial.

Esta Ação tramita na Justiça do Trabalho e encontra-se em fase de cálculo com a contabilidade. Após apresentarmos os cálculos, a FUNPAR deverá se intimar para manifestar-se sobre os cálculos. Em breve estaremos liquidando este processo judicial.

Esta ação obteve êxito na Justiça e já foi paga. Já foram feitos os cálculos e os 21 beneficiados deverão procurar o Escritório para pagamento. Confira lista na secretaria do SINDITEST-PR.

O desvio de função é tema de nova súmula do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

GT Saúde do Trabalhador:

Assédio Moral: Papo sério em todos os campi

Em 21 de outubro de 2009, o GT Saúde do Trabalhador do SINDITEST-PR realizou o Seminário "Trabalho: quando o prazer vira sofrimento" com expressiva participação de trabalhadores da UFPR e de outros setores do serviço público. Esse Seminário foi realizado em Curitiba e identificamos a necessidade de garantir esse debate sobre sofrimento mental no trabalho e assédio moral nas demais

cidades que abrigam campi da UFPR e UTFPR.

Assim, no dia 23 de fevereiro o GT Saúde do Trabalhador organizou uma palestra com esse tema no campi da UTFPR de Medianeira.

Este foi o primeiro, a partir de março o GT percorrerá todos os demais campi: Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Campo Mourão, Apucarana, Londrina, Cornélio Procópio, Palotina, Ponta Grossa e

Litoral. A idéia é levar os servidores a pensarem como está a sua relação trabalho-saúde e identificar quando o sofrimento se manifesta, em especial quando há assédio moral. O GT Saúde do Trabalhador foi criado em 2008 e já oferece um serviço de atendimento ao servidor que sofre assédio moral. Interessados no assunto devem procurar a Psicóloga Mariângela König no SINDITEST-PR.

- Reabilitação, segundo o Dicionário "Aurélio": "Recuperação das faculdades físicas ou psíquicas dos incapacitados". "Restituir a estima pública ou particular". "Restituir à normalidade do convívio social ou de atividades profissionais". É isso que a UFPR está fazendo?
- Perguntamos no Conselho Universitário: O que aconteceu com o trabalho da Comissão das 30 horas? Resposta: está na gaveta de alguém na PROGEPE.
- Você sabia que a Direção de Enfermagem do HC foi extinta, porém, uma servidora está recebendo a CD por esta função? E essa servidora não é profissional da enfermagem e nem trabalha no HC? Com quantas CDs e FGs isso acontece?

Para Pensar.



Trabalhadores FUNPAR/HC: **4 passos rumo à vitória!**

Estamos organizados! Vamos enfrentar isso juntos!

1º passo:



2010 chegou! E, ao contrário do que alguns derrotistas anunciavam, a luta começou cedo e com força. Ainda em janeiro, o SINDITEST-PR realizou a primeira assembleia FUNPAR com cerca de quatrocentos trabalhadores. Criamos o Grupo de Mobilização para ajudar nas tarefas que o GT FUNPAR já estava coordenando. Convocamos os dirigentes máximos da UFPR, HC/UFPR e FUNPAR para dizer "cara a cara" o que pensam e propõe sobre a questão das demissões.

E assim aconteceu: no dia 25 de fevereiro aconteceu a segunda Assembleia FUNPAR do ano, com quase seiscentos trabalhadores. Zaki, Heda e Steiner tiveram que deixar claro para os presentes o que querem fazer para evitar a demissão dos 1143 funcionários que atualmente são contratados pela FUNPAR para o HC. Surgiram propostas e promessas (vide a carta distribuída aos trabalhadores do HC, na página ao lado), mas nada ainda está no papel.

Por isso o trabalho do SINDITEST-PR através do GT FUNPAR continua. Temos que manter a mobilização, realizar outras atividades que somem mais defensores. Nesse momento precisamos do apoio de todos os colegas, porque todos somos trabalhadores em educação. Temos que nos fazer ouvir, temos que mostrar aos outros aquilo que nós já sabemos: se a FUNPAR/HC parar de trabalhar o Hospital de Clínicas não tem condições de manter os leitos que tem hoje abertos.

Por isso temos que estar a postos, prontos para participar de toda a Campanha que estamos construindo. Em breve, teremos que acionar outros setores da sociedade, outros atores como Ministério Público, Planejamento e Tribunal de Contas.

Parabéns aos trabalhadores FUNPAR/HC que não se rendem, que não desanimam, que não se deixam vencer.



Fotos da assembleia FUNPAR realizada no dia 25 de fevereiro. Em torno de 600 trabalhadores estiveram presentes.

2º passo:

Carta aos Trabalhadores da FUNPAR/HC e UFPR

Cerca de seiscentos trabalhadores da FUNPAR/HC lotaram o Auditório do 7º andar do HC na última assembleia do SINDITEST-PR. Na pauta: a luta contra a demissão dos funcionários FUNPAR HC/UFPR prevista no Acórdão 98908/2002. Convidados pelo SINDITEST-PR, estiveram presentes o Reitor da UFPR, Prof. Dr. Zaki Akel, a Diretora Geral do HC, Dra. Heda Amarante e o Superintendente da FUNPAR Prof. Pedro Steiner Neto. Em sua fala, o Reitor Zaki Akel se comprometeu a não acatar uma eventual ordem para demissão dos quase 1200 funcionários FUNPAR/HC, afirmando inclusive que o HC não sobrevive sem a manutenção desses trabalhadores. Sugeriu ainda três alternativas para não demissão:

- 1) **Abertura de concurso público;**
- 2) **Migração desses trabalhadores para uma Carreira em extinção;**
- 3) **Prorrogação do Acórdão.**

A Diretora do HC e o Superintendente da FUNPAR apenas ratificaram a posição manifestada pelo Reitor. A categoria participou ativamente exigindo garantias. Diante disso, o Reitor afirmou ainda que, "vou para a cadeia, mas não vou demitir nenhum funcionário da FUNPAR/HC".

Diante das posições colocadas na assembleia e ouvida a categoria, o SINDITEST-PR entende que essa foi uma importante etapa da luta contra as demissões. Mas isso não basta, pois até agora são só expectativas. Apenas a união de toda a categoria, presente em todos os momentos que for convocada, garantirá que promessas virem realidade.

O SINDITEST-PR, através do GT FUNPAR está dando encaminhamento aos anseios de toda a categoria e já solicitou oficialmente a constituição e início dos trabalhos da Comissão que será formada pelo sindicato, Reitoria, HC e FUNPAR. Em breve divulgaremos o plano de ações para o próximo período.

A luta está só começando e a sua presença é indispensável. Compareça e participe de todas as atividades convocadas pelo SINDITEST-PR.

SINDITEST-PR e Grupo de Trabalho dos Trabalhadores da FUNPAR/HC



3º passo:

05/04: Diretores do SINDITEST-PR, assessoria jurídica do sindicato se reuniram com Reitor e equipe (HC/PROGEPE/Procuradoria) para tratar do tema do Acórdão do TCU. Como estratégia ficou decidido que seria formada uma Comissão PRÓ-trabalhadores FUNPAR/HC com a participação de SINDITEST-PR, FUNPAR, HC e UFPR. Esta comissão se reuniu, redigiu um documento guia que será distribuído aos parlamentares e representantes do governo. Está lançada a Campanha pró manutenção dos empregos dos trabalhadores FUNPAR/HC.

4º passo:

Assembleia FUNPAR/HC no dia 27/04 com a presença de representante do Governo para construir soluções para a manutenção dos empregos dos trabalhadores FUNPAR/HC. As ações em conjunto com UFPR e FUNPAR são importantes, mas o SINDITEST-PR continua sua agenda de luta, fazendo assembleias, organizando o GT e costurando políticas na defesa do trabalhador.

Próximo passo:

**Manter os trabalhadores organizados, e
vencer a próxima batalha: o ACT 2010/2011**

REHUF: Muitas dúvidas e poucas certezas!

Em janeiro, foi editado decreto que instituiu o REHUF (Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais), orientando que cada HU federal faça um projeto de reestruturação até o mês de maio. Na UFPR, esse tema foi debatido no dia 12/04/2010, com a presença do Sr. Celso Fernando Ribeiro de Araújo, Coordenador Geral dos Hospitais Universitários do MEC.

Nesta audiência, o Sr. Celso apresentou dados sobre a situação dos HU's federais, como número de leitos abertos e fechados, de trabalhadores que irão se aposentar, entre outros. Chama a atenção o fato de os hospitais terem acumulado cerca de 400 milhões de reais em dívidas. No HC/UFPR, segundo dados da Associação de Amigos do Hospital de Clínicas, o déficit é de R\$1 milhão por mês.

É curioso o fato de que o tão falado e prometido REHUF, vendido por muitos como a solução para os problemas dos HU's, se resume a um punhado de dados e uma tímida análise da situação estrutural da rede de hospitais, o que não os impediu de formularem algumas propostas: criação de uma nova carreira para o pessoal de saúde, instituição de um contrato de metas, criação de um conselho gestor, empréstimo do Banco Mundial para custeio dos hospitais e contratação de servidores via CTU (Contrato Temporário da União).

O que não fica claro é: se estas são propostas do MEC; se são propostas que o MEC vai orientar para que sejam dos HU's; ou, se são propostas do Sr. Celso. Independente de quem seja o pai das propostas, faremos aqui uma análise dos argumentos favoráveis a cada uma delas e as consequências que elas podem trazer para os trabalhadores, usuários do SUS e estudantes da área de saúde.

Nova carreira: o argumento favorável a tal carreira é que com ela poderemos instituir o chamado "gatilho de vacância", quando cada vaga de um servidor que sai (aposentadoria, exoneração ou por óbito) é automaticamente substituída por um concurso. Também argumenta-se que a nova carreira teria maiores salários.

Ora, por que precisamos de uma nova carreira para que o "gatilho de vacância" e aumentos salariais sejam dados. Na atual carreira (o PCCTAE - Plano de Carreira e Cargos dos Técnico-Administrativos em Educação), é absolutamente possível estabelecer tais mecanismos.

Na verdade, essa proposta é uma tentativa de dividir a categoria dos TAE's, uma das mais ativas e lutadoras do serviço público federal. Hoje, somos a única categoria que tem paridade entre ativos e aposentados e que não possui gratificações em seus vencimentos.

Além disso, a "nova Carreira" não será vinculada nem ao Ministério da Educação nem ao da Saúde e sim a uma ação orçamentária específica, seja lá o que isso for.

Contrato de metas: há muitos anos se tenta instituir em todos os âmbitos do serviço público uma metodologia de funcionamento similar à da iniciativa privada. Uma dessas formas é a instituição de metas e gratificações produtivistas, que estariam vinculadas ao salários dos trabalhadores. A grande questão é que estes contratos não garantem a qualidade dos serviços, pois em geral tais metas são apenas quantitativas. Na Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, parte dos salários dos servidores é medida pela quantidade de multas que cada policial aplica.

No caso da área de saúde, o cumprimento de metas gera situações no mínimo estranhas. O número de altas pode ser uma meta? Como garantir a qualidade do serviço numa situação como essa? Além disso, exigir o cumprimento de metas sem a garantia de condições para isso é um caminho para a super-exploração dos trabalhadores.

Conselho Gestor: outro ponto abordado pelo Sr. Celso é a criação de um conselho gestor, com participação da "sociedade civil organizada". Porém, não está claro qual será a composição destes conselhos, como serão escolhidos, em que porcentagem estará representada a sociedade. Vale lembrar também que o SUS já estabelece o chamado controle social, em conselhos compostos por 25% de gestores, 25% de trabalhadores e 50% de usuários, escolhidos em conferências. Por que então criar um novo conselho gestor ao invés de garantir o funcionamento do que a lei já determina?

Empréstimo do Banco Mundial: Uma das soluções para a dívida dos HU's é um dinheiro vindo do Banco Mundial, algo em torno de 400 milhões de dólares, a ser gerido pelo MEC e pelo "conselho gestor". Todos nós sabemos que a melhor maneira de pagar uma dívida não é fazendo outra. Precisamos de uma garantia permanente de financiamento para os HU's, e não de uma solução tipicamente "tapa-buraco".

Contratação via CTU: há a proposta de contratação de 8 mil servidores via CTU, que são contratos que podem ser renovados a cada 6 meses. Dos servidores com este tipo de contrato são exigidos todos os deveres de um servidor público (ser aprovado em concurso público, por exemplo), mas os direitos não estão garantidos. Esses trabalhadores não podem se filiar ao sindicato, não podem realizar greve, cumprem jornada superior a 30h semanais e são ameaçados pela "guilhotina do desemprego" a cada 6 meses. Este tipo de contrato prejudica claramente a qualidade do serviço, visto que os trabalhadores são demitidos justamente no momento que estão se integrando ao serviço com qualidade.

Além dessas questões, outras não foram debatidas e/ou explicadas, como a questão dos trabalhadores contratados via Fundação de Apoio (como os 1143 trabalhadores da FUNPAR/HC), o papel do Ministério da Ciência e Tecnologia no financiamento da pesquisa dentro dos HU's, qual a posição do MEC e do governo federal acerca da desvinculação dos HU's das Universidades Federais, entre outras.

Com REHUF ou sem REHUF, a luta continua e pode ser alicerçada nos seguintes pontos:

- Maior financiamento público para a saúde pública;
- Atualização da tabela SUS de procedimentos;
- Concursos públicos para todos níveis (apoio, médio e superior);
- Manutenção da vinculação dos HU's com as universidades;
- Racionalização dos cargos dentro do PCCTAE;
- Financiamento para os HU's dividido entre MEC, MS, MCT e SUS;
- Fim das terceirizações;
- Garantia de emprego para os trabalhadores contratados pelas Fundações de Apoio;
- Implementação do Controle Social nos moldes da lei 8080/90 (SUS) nos Hospitais Universitários;
- Reposição das perdas salariais desde 1994;
- Retirada do PLP 549/09, que congela salários dos servidores públicos federais por 10 anos.

Bernardo Seixas Pilotto
Diretor do Sinditest/PR

Senado aprova projeto que restringe gasto com pessoal

Entenda o Perigo que Corre o Servidor Público

Antônio Augusto de Queiroz*

Em sessão realizada na noite do dia 16 de dezembro, os senadores aprovaram, por 48 votos favoráveis e nenhum contrário, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 611/2007 (complementar), de autoria dos então líderes do Governo, Romero Jucá (PMDB/RR); do PT, Ideli Salvatti (SC); do Congresso, Roseana Sarney (PMDB/MA); e do PMDB, Valdir Raupp (RO), que acrescenta dispositivo à Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade

título, salvo sentença do Judiciário ou revisão geral, e 5) de contratar hora extra.

A proposição, a bem da verdade, não trata da limitação da despesa com pessoal e encargos, pois esse limite já existe e está longe de ser atingido, mas da expansão dos gastos.

Atualmente, a União pode gastar com pessoal e encargos até 50% da receita líquida corrente (2,5% para o Legislativo, inclusive TCU; 6% para o Judiciário; 0,6% para o MPU;



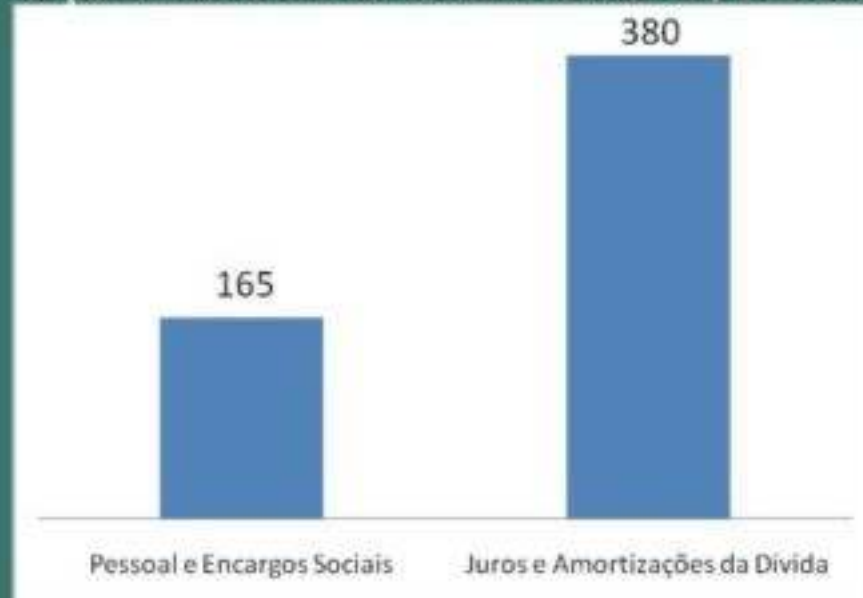
- Ei pessoal, estão querendo nos prejudicar. Se querem diminuir o gastos, por que não começam por eles?

Enquanto isso, dentro do Congresso.

- Hahaha! Você é a favor de congelar o nosso salário?
- Tá brincando? Hahaha



Quem é o vilão das contas públicas? Orçamento Geral da União - 2009 - R\$ Bilhões



Fiscal), para congelar o valor gasto com pessoal e encargos sociais no exercício de 2009, que autoriza apenas a reposição da inflação e mais 2,5% ou a taxa de crescimento do PIB, o que for menor, até 2016.

Nos três níveis de governo - União, estados/DF e municípios - o poder ou órgão público que exceder os novos limites, seja com reestruturação, contratação ou mesmo com a nova despesa com previdência complementar, ficará impedido: 1) de criar cargos, empregos ou funções, 2) de alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa, 3) de fazer o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvado educação, saúde e segurança, 4) de conceder vantagens, aumento, reajuste ou adequações de remuneração a qualquer

3% para DF e ex-territórios e 37,9% para o Poder Executivo), e os estados, o Distrito Federal e os municípios até 60% da receita corrente líquida.

O projeto, assim, cuida de limitar a expansão da despesa, que é influenciada pela remuneração e pelos encargos, mas também pela quantidade de servidores em atividade, dificultando a reposição de quadros em decorrência de morte, aposentadoria ou de demandas da sociedade, tanto na área de fiscalização (trabalhista, tributária, previdenciária e sanitária) e regulação por força do crescimento dos negócios, quanto do atendimento direto à população, notadamente nos setores de educação, saúde, segurança e justiça.

Ao congelar a despesa com pessoal e encargos, permitindo apenas a reposição da inflação mais de 2,5% de aumento real, o

projeto não leva em consideração o aumento populacional, o crescimento das demandas pela ampliação dos serviços de saúde, educação, justiça nem tampouco o crescimento ou a diversificação do processo econômico, que terão efeito direto sobre serviços de fiscalização, regulação, controle etc.

A aprovação conclusiva do PLS 611 no Senado, que ainda será submetido à Câmara dos Deputados, irá congelar a capacidade governamental de corrigir as distorções existentes na estrutura remuneratória dos servidores, tornando proibitiva a continuidade da Mesa de Negociação com os servidores na União, além de deixar o Governo na difícil condição de ter que escolher entre a reposição do poder de compra dos salários ou a mínima expansão dos serviços públicos. Trata-se de uma cópia do PLP 1/2007, de autoria do Governo Federal, encaminhando à Câmara dos Deputados como uma das proposições integrantes do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que não prosperou na Casa, onde aguarda deliberação.

A diferença entre o PLS (complementar) do Senado e o PLP da Câmara, é que o primeiro amplia de 1,5% para 2,5% o aumento real, além da inflação. A matéria representa um retrocesso.

A pressão dos servidores será determinante para evitar sua aprovação pelos deputados.

(*) Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

Enfermagem HC/UFPR

É Hora de Atravessar a Ponte

Em 2001, na gestão do Reitor Moreira, a Direção Geral do HC (Loddo) determinou a retirada da Direção de Enfermagem, inclusive de forma truculenta pois trancaram a sala da Direção de Enfermagem impedindo a entrada da então Diretora. Depois disso, a Direção Geral do HC criou a Coordenação de Enfermagem com funções meramente normativas, sem poder deliberativo. Por duas gestões, as Coordenadoras dessa nova Coordenação foram eleitas, até que a Direção Geral cansou da "democracia" e passou a indicar a pessoa que ocuparia essa função. Situação que perdura até hoje, sendo que o último golpe de "tirania" foi a retirada da última coordenadora pela Direção, ao que tudo indica, porque fazia parte do movimento da Enfermagem.

Então estamos falando de nove anos de descumprimento do Estatuto da UFPR e do Regimento do HC que prevêem que o conjunto de trabalhadores da Enfermagem (auxiliares de enfermagem, técnicos de enfermagem e enfermeiros) seja representado por uma Direção de Enfermagem, devidamente eleita por seus pares. Durante todos esses anos, o grupo de enfermagem do HC/UFPR buscou através do seu órgão de representação profissional - o COREN/PR - a Direção Geral do Hospital e a Reitoria da UFPR a reversão deste quadro e devolver à enfermagem o que lhe é de direito: o respeito e a dignidade da maior categoria profissional do Hospital.

Diante da recusa e do descaso da Instituição com essa reivindicação, os trabalhadores da Enfermagem não se deram por vencidos e formaram o Movimento da Enfermagem do HC/UFPR que se reúne regularmente às 11 horas de segunda-feira para enfrentamento deste autoritarismo histórico. O SINDITEST-PR tem sido parceiro nesta luta.

Assim, a partir de reuniões e atos de mobilização (paralisação, panfletagem, faixas e abaixo-assinado) pedimos uma reunião entre Reitor, Direção Geral e trabalhadores e acordamos a seguinte proposta: enquanto a Reitoria não apresenta o seu plano de Reorganização Administrativa para o HC/UFPR que acontecerá até o final de abril, o Movimento da Enfermagem tirou uma



Comissão composta de seis membros de forma paritária: dois auxiliares de enfermagem, dois técnicos de enfermagem e dois enfermeiros, com três suplentes. Esta Comissão discutirá todos os problemas da enfermagem semanalmente com a Direção Geral do HC.

Agora vamos mostrar nossa força e participar desse processo ativamente para que ao final desse prazo a Direção de Enfermagem seja devolvida à nossa categoria, assegurando que a mesma seja eleita por seus pares. Durante esse período não desistimos, resistimos e persistimos. Hoje estamos atravessando a ponte. Cabe a nós todos chegar a outra margem com nosso objetivo alcançado: o respeito, a democracia e a valorização do profissional da enfermagem.

Últimos acontecimentos:

Ainda no mês de março, o movimento da enfermagem realizou uma reunião com a Reitoria, na qual, o Reitor se comprometeu a realizar uma Assembleia Comunitária no HC até o final de abril. Até lá, foi constituída uma comissão do Movimento de Enfermagem que se reuniu semanalmente com a Direção do HC para tratar de temas da enfermagem. Formam a Comissão:

Auxiliares de enfermagem:

José Carlos de Assis (titular)
Josué César dos Santos (suplente)
Maria da Paz (suplente)

Técnicos de Enfermagem:

Alexandre Natalício Prudêncio (titular)
Valdina Trentini Gunha (suplente)
Divanise de Carvalho Dias Maynardis (suplente)

Enfermeiros:

Lucia Helena Ribeiro (titular)
Carmen Silvana Vieira Hausberg (suplente)
Elide Vaccari (suplente)

Agora, o prazo está esgotado. O Vice-Reitor já anunciou que não será realizada assembleia comunitária no HC no mês de abril. O movimento de enfermagem precisa decidir: vai continuar participando de reunião com a Direção do HC através desta Comissão ou vai colocar o bloco na rua pela Direção de Enfermagem?

Compareça às reuniões do Movimento de Enfermagem às 11 horas de segunda-feira no auditório do 8º andar - prédio central e acompanhe o site do SINDITEST-PR para saber mais informações.

Plano de Saúde

Nova Tabela de Valores do Per capita

Portaria conjunta SRH/SOF de 30/12/2009 com vigência a partir de janeiro de 2010

| FAIXA SALARIAL | FAIXA IDADE | PER CAPITA R\$ |
|--------------------------|-------------|----------------|
| 0000 - 1499 | 00 - 18 | 106 |
| | 19 - 28 | 111 |
| | 29 - 43 | 117 |
| | 44 - 58 | 123 |
| | 59 OU + | 129 |
| 0000 - 1499 Total | | |
| 1500 - 1999 | 00 - 18 | 101 |
| | 19 - 28 | 106 |
| | 29 - 43 | 111 |
| | 44 - 58 | 117 |
| | 59 OU + | 123 |
| 1500 - 1999 Total | | |
| 2000 - 2499 | 00 - 18 | 96 |
| | 19 - 28 | 101 |
| | 29 - 43 | 106 |
| | 44 - 58 | 111 |
| | 59 OU + | 117 |
| 2000 - 2499 Total | | |
| 2500 - 2999 | 00 - 18 | 92 |
| | 19 - 28 | 96 |
| | 29 - 43 | 101 |
| | 44 - 58 | 106 |
| | 59 OU + | 111 |
| 2500 - 2999 Total | | |
| 3000 - 3999 | 00 - 18 | 87 |
| | 19 - 28 | 92 |
| | 29 - 43 | 96 |
| | 44 - 58 | 101 |
| | 59 OU + | 106 |
| 3000 - 3999 Total | | |
| 4000 - 5499 | 00 - 18 | 79 |
| | 19 - 28 | 81 |
| | 29 - 43 | 83 |
| | 44 - 58 | 84 |
| | 59 OU + | 86 |
| 4000 - 5499 Total | | |
| 5500 - 7499 | 00 - 18 | 76 |
| | 19 - 28 | 77 |
| | 29 - 43 | 79 |
| | 44 - 58 | 80 |
| | 59 OU + | 82 |
| 5500 - 7500 Total | | |
| 7500 ou + | 00 - 18 | 72 |
| | 19 - 28 | 73 |
| | 29 - 43 | 75 |
| | 44 - 58 | 76 |
| | 59 OU + | 78 |

Porque o Per Capita sumiu

Parece brincadeira de mau gosto: depois da batalha travada pelo SINDITEST-PR e pelos servidores da UFPR para viabilizar a modalidade de ressarcimento aos trabalhadores que não querem o GEAP, a Universidade deixa muita gente de fora do per capita.

Desde agosto de 2009, quando conseguimos que o Ministério do Planejamento publicasse nova portaria permitindo que o ressarcimento fosse acumulado à modalidade convênio (GEAP), o SINDITEST-PR oferece planos de saúde privados a valores bem mais acessíveis que de mercado, porque a opção da UFPR foi o GEAP. Mais de duas mil vidas, apenas na

UNIMED/SINDITEST-PR foram contratadas até o momento. Todos os documentos necessários a abertura de processo para solicitação do per capita foram coletados pelo sindicato, enviando o processo já montado para a PROGEPE, dentro dos prazos acordados.

Mesmo com essa facilidade ofertada pelo SINDITEST-PR, a PROGEPE deixou de cadastrar centenas de servidores e dependentes no SIAPE, fazendo os servidores pagarem as mensalidades dos planos sem terem recebido o per capita.

Mais uma vez a Instituição falhou e prejudicou uma grande parcela de servidores. Quem estiver com problemas com o per capita deve procurar o 7º andar da PROGEPE.

UTFPR Per Capita

Durante reunião com a Divisão de Benefícios da UTFPR, fomos comunicados que quem paga mensalidades de plano de saúde inferiores aos da tabela do governo está tendo seu per capita ajustado (diminuído). Entendemos que essa medida é ilegal pois a Portaria que institui o per capita não ordena esse procedimento. Todos os servidores que pagam plano de saúde tem que receber o valor integral da tabela ao lado. Quem estiver recebendo menos que a tabela deve procurar o SINDITEST-PR para ser orientado como proceder.

SINDITEST-PR e Seção Sindical realizam visita aos campi de Medianeira e Palotina

A comissão foi composta pelos Presidentes Wilson Messias, Vice-presidente Antônio Néris, a Diretora de Imprensa Carla Cobalchini, o Coordenador da Seção Sindical Márcio Caetano de Araujo e a Psicóloga Mariângela O. König. A Palestra que foi iniciada pela Srta. Carla que explicou todos os meandros do serviço público em relação à saúde do trabalhador e as suas relações no trabalho e a Instituição, relatando a preocupação com as doenças e afastamentos por questões de assédios e uma má postura da chefia com os servidores.

A Srta. Mariângela foi aplicada em questão da saúde e a relação também da Instituição, com os servidores, que serve de um alerta para os excessos de horas trabalhadas e a sua definição de trabalho. Com uma ótica voltada para a UFPR e HC, pois anteriormente já havia sido feito um trabalho com esta Instituição e seus servidores. Isto suscitou a necessidade de um programa também voltado para a UTFPR, pois o atendimento deverá ser focado também nas necessidades desta Universidade Tecnológica. Assim, precisaremos levantar todos os dados em relação à saúde dos

funcionários desta Instituição, ir ao encontro destes servidores, e saber in loco suas necessidades. Na cidade de Palotina, na recepção de novos funcionários, foram feitas explicações a respeito dos trabalhos sindicais, assim como todos os seus benefícios. Ações envolvendo a parte jurídica, e a questão colocada em relação à consciência sindical. Respondendo a todas as perguntas sobre os processos judiciais em andamento. Houve a ampla divulgação e explicação quanto aos planos de saúde que estão à disposição no Sindicato. Também foram abordados os assuntos relativos ao auxílio transporte que deverá ser encaminhado por vias administrativas, pois neste caminho o processo tende a ser mais rápido e produtivo.

Assim posto, os objetivos planejados para este trabalho sindical, foram executados a contento. Sendo que existem maiores expectativas em relação aos outros Campi, o trabalho sindical deverá ser ampliado, para assim satisfazermos em pleno as necessidades de nossos sindicalizados.

Márcio Caetano de Araujo
Coordenador da Seção Sindical da UTFPR

Campanha Salarial 2011 e Marcha contra o PL do

Vem aí...
o PLP 549/2009

**ERA
NO
GELO 4**

10 anos sem aumento
NÃO DÁ!
CONTRA O PL 549

Nos dias 12 e 13 de março a FASUBRA realizou a maior plenária da sua história com 150 delegados representantes de 39 entidades de base. Campanha salarial e outras resoluções importantes para a nossa categoria foram tiradas por esses delegados. Acompanhe:

- reajuste para 2011;
- na carreira: piso de três salários mínimos, step de 5%, recomposição da classe C (mais prejudicada nas distorções da tabela segundo dados do DIEESE);
- retirada da FASUBRA do GT Negociação Coletiva pelo entendimento que este GT negocia o Direito de Greve e a FASUBRA tem resolução

congelamento dos salários (PL 549/2009)

congressual pelo direito irrestrito de greve;
• XXI CONFASUBRA adiado. Será pautado em Plenária Nacional após as eleições de Outubro;
• somar a luta dos federais contra Projetos de Lei que ameaçam os servidores públicos. Os representantes do SINDITEST-PR foram eleitos em assembleia: quatro delegados e dois observadores.

Plenária dos Servidores Públicos Federais

Cerca de duzentos delegados de diferentes segmentos do serviço público participaram da Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, domingo (14/3), em Brasília (DF), organizada pela CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais) para discutir os eixos da luta unificada das diferentes categorias para 2010, além de um calendário de atividades para deflagrar a Campanha Salarial.

Foram aprovados cinco eixos centrais para a luta unificada dos servidores públicos federais:

- contra o PLP 549/09 (que limita os gastos com os servidores federais por dez anos);
- contra o PL 298/98 (que trata da avaliação de desempenho do servidor);
- contra a regulamentação do direito de greve;
- contra a PEC 341 (que retira da Constituição Federal todos os direitos sociais);
- em defesa da paridade entre ativos e aposentados, com garantia de integralidade de vencimentos para os últimos.

Dia 15 de abril, o conjunto dos servidores públicos realizou uma Marcha contra o PL 549/2009 em Brasília, que contou com a participação de mais de três mil trabalhadores.

Insalubre sim, adicional não!

Nos últimos três meses o Ministério do Planejamento editou duas orientações normativas muito semelhantes (n° 2 de 19/02/2010 e n° 6 de 23/12/2009) que instrumentalizaram as IFES a retirar adicional de insalubridade de uma grande parcela de servidores. Ou seja, mesmo existindo leis que regulamentam a concessão de adicionais de insalubridade (NR 15) e que são superiores a qualquer orientação normativa, as universidades estão optando por acatar essa orientação do Ministério do Planejamento. As orientações normativas são **EXTREMAMENTE RESTRITIVAS, FAZEM UM "PENTE FINO GERAL" E POUQUÍSSIMOS IRÃO RECEBER OU PERMANECER COM O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.**

Na UFPR não é diferente. A PROGEPE já comunicou que está fazendo laudos novos para as pessoas que recebem atualmente o adicional. Boa parte dos servidores que recebe o adicional de 20% de insalubridade verá seu adicional removido ou reduzido para 10%. Quem ocupa postos de trabalho administrativos e cargos de chefia também terá seu adicional cortado. Por essas orientações normativas, apenas tem direito ao

adicional quem estiver em contato permanente ou habitual com agentes biológicos. Dos itens que constam nas orientações normativas do Planejamento, o que mais está sendo seguido pela PROGEPE são as proibições:

Anexo II

Na hora de remover o adicional, a lei é aplicada com rigor pela PROGEPE. Porém, não faz o mesmo na hora de elaborar o laudo, uma vez que, quem deveria fazer a avaliação de riscos biológicos é o médico do trabalho, porém apenas assina e não comparece aos locais de trabalho para vistoria.

Nós do SINDITEST-PR não aceitamos essa caracterização da concessão da insalubridade e queremos discutir uma resolução no conselho universitário. Por isso orientamos: qualquer servidor que discordar do laudo e do ato administrativo que retira ou reduz o adicional de insalubridade/periculosidade/irradiação ionizante/raio-x deve procurar o SINDITEST-PR. Estamos contestando essas decisões jurídica e administrativamente.

Aposentados:

Ainda está em discussão no Conselho Universitário da UFPR a solicitação do SINDITEST-PR e dos conselheiros técnico-administrativos de criação de uma vaga para servidor técnico-administrativo no COPLAD. A APUFPR também solicitou a criação de uma vaga para servidor docente no CEPE. Infelizmente, parte dos conselheiros já se posicionou contra essas vagas.

Esse tema deve ser votado na próxima sessão do COUN. Não vamos abrir mão desta vaga.

